

Transparência

Câmara aprova projeto do vereador Paraná do Sindicato

A Câmara de Vereadores aprovou, na Sessão Ordinária de segunda-feira (4), projeto de lei de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que estabelece a obrigatoriedade de as sessões públicas referentes aos processos licitatórios realizados no município serem filmadas, gravadas e transmitidas em tempo real via internet.

A transmissão em tempo real será disponibilizada junto ao site oficial do poder ou órgão público responsável pela licitação. A filmagem, gravação e transmissão deverá abranger todas as etapas do certame.

“A sociedade poderá acompanhar a tramitação desses processos e verificar em tempo real se os preceitos estabelecidos na Lei 8.666 de 1993 – Lei de Licitações, estão sendo cumpridos. Em contrapartida, a administração pública terá a oportunidade de garantir maior publicidade e moralidade à gestão dos recursos públicos”, destacou Paraná do Sindicato.

O arquivo digital contendo a gravação do áudio e vídeo da sessão será disponibilizado de forma permanente em até dois dias após a data de sua realização, por meio do site oficial do órgão ou poder que a realizou.

O vereador autor finalizou: “A fiscalização dos processos licitatórios, de contratação e execução de obras públicas pela sociedade é uma importante forma de exercício da cidadania e esta poderá ser exercida por meio desse dispositivo, que garante o acesso à informação pública”.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Paraná do Sindicato

Restituição de Recursos

Câmara aprova projeto da prefeita Almira Garms

Na Sessão Ordinária de segunda-feira (4), a Câmara de Vereadores aprovou projeto de autoria da prefeita Almira Garms, que dispõe sobre autorização para abertura de crédito especial ao Orçamento Programa 2017, no Departamento de Turismo, visando a restituição de recursos ao Estado de São Paulo.

O crédito de R\$ 249.675,64 será aberto no Departamento Municipal de Turismo, para atendimento da Atividade 2057 – Manutenção da Diretoria de Turismo, pagamento de indenizações e restituições de recursos ao Estado de São Paulo, de saldos remanescentes do(s) Convênios: I - Convênio nº 097/2008 – Reforma de Praças Públicas junto à Estação Ferroviária de Sapezal; II - Convênio nº 073/2009 – Construção de 2 (dois) Portais Turísticos; e III - Convênio nº 179/2013 – Revitalização e Infraestrutura de vias.

Os referidos convênios foram celebrados com a Secretaria de Estado do Turismo, por intermédio do DADETUR (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos), para recebimento de recursos do Fundo de Melhoria das Estâncias.

De acordo com o Departamento de Administração e Finanças, a devolução dos saldos remanescentes é condição indispensável à celebração de novos pleitos de 2017. Tal informação foi passada aos representantes do município em reunião realizada no DADETUR, no dia 16 de novembro de 2017. A assinatura dos novos pleitos de 2017 dependerá do encerramento de convênios antigos, concluídos ou não passíveis de aditamento.



Câmara aprova projeto do Executivo

Requerimentos

Vereadores fazem questionamentos à prefeita Almira Garms

Na Sessão Ordinária de segunda-feira, 4 de dezembro, a Câmara de Vereadores aprovou 9 requerimentos.

Requerimento 159/2017, de autoria do vereador Serginho, com assinatura de apoio dos vereadores Josimar Rodrigues, Vitor Bini, Cícero Policial, Junior Baptista, Dr. Ricardo e Ian Salomão, que requer à Prefeitura Municipal informações sobre o benefício do Programa de Alimentação do Servidor (PAS) concedido aos servidores contratados para exercer cargos de confiança.

A Prefeitura Municipal publicou na edição do jornal A Semana de 28 de outubro de 2017, a seguinte matéria: “Prefeitura propõe mudanças na regra do Cartão PAS”. Segundo o texto, as mudanças não são para os servidores que exercem cargos de confiança, mas atingem somente os professores efetivos, mais especificamente aqueles que exercem uma jornada inferior aos demais.

“Acredito que as mudanças teriam que ser para aqueles que não passaram por nenhuma seleção para serem admitidos na Prefeitura, ou seja, sem aprovação em Concurso Público. Aqueles que exercem cargo de confiança foram simplesmente convidados para desempenhar sua função e aceitaram, portanto, já foram agraciados com a livre nomeação.

Se a medida foi motivada pela economia entendo que justificaria a implementação de alterações nas disposições previstas para a concessão do PAS, se tivessem como propósito que somente servidores de cargo de provimento efetivo tivessem tal benefício e não beneficiasse os servidores que ocupam cargo de confiança”, explicou o vereador Serginho.

O requerimento questiona qual o número de servidores contratados para cargos de confiança, que recebem os benefícios do PAS; qual o valor gasto mensalmente com esses servidores no que diz respeito aos benefícios do PAS; e se a atual administração tem algum projeto para cortar o benefício do PAS daqueles servidores que atualmente ocupam funções de confiança, ou seja, contratados sem aprovação em concurso público.

Requerimento 160/2017, de autoria do vereador Paulo Japonês que requer à Prefeitura Municipal informações sobre os sanitários existentes na Praça da Matriz.

“Apesar da existência dos sanitários na Praça da Matriz, os mesmos encontram-se fechados. Em se tratando de um local com vasto e constante trânsito de pessoas, inclusive de crianças e cidadãos da terceira idade, é imprescindível a disponibilização de sanitários para utilização. Salientamos que, a época de festas de finais de ano está próximas e o número de pessoas transitando na praça aumenta consideravelmente, especialmente por familiares que vêm confraternizar em nossa cidade”, explicou o vereador autor.

O requerimento questiona se existe prazo para que os sanitários sejam abertos para utilização dos frequentadores; e caso sejam abertos, se serão designados servidores para que os banheiros permaneçam em bom estado de higiene e limpeza.

Requerimento 161/2017, de autoria do vereador Paulo Japonês que requer à Prefeitura Municipal informações sobre a aquisição de veículos novos para a Guarda Municipal.

De acordo com o vereador Paulo, o veículo utilizado pelos integrantes da Guarda Municipal está em péssimo estado. “Se faz necessária a aquisição de um novo automóvel ou, em não sendo possível tal atitude em decorrência de escassez de recursos financeiros, a restauração do veículo existente”, disse o vereador.

O requerimento questiona se existem estudos para troca da frota de veículos da Guarda Municipal ou se existe previsão para restauração do veículo existente.

Requerimento 163/2017, de autoria do vereador Vitor Bini, com assinatura de apoio do vereador Ian Salomão, que requer à Prefeitura Municipal informações quanto aos resultados obtidos pelo PERT – Programa Exclusivo de Regularização Tributária.

De acordo com a justificativa do requerimento, o referido programa tem sido amplamente divulgado através dos canais oficiais de comunicação da Prefeitura e imprensa local. A criação do programa deve-se ao fato de haver grande inadimplência, gerando falta de receitas aos cofres públicos.

O requerimento questiona quantos imóveis o município possui e quantos destes possuem pendências com os impostos municipais; quantos foram contemplados pelo PERT; qual o total arrecadado até agora; o que será feito com o montante arrecadado; e quais as penalidades para os devedores remanescentes.

Requerimento 164/2017, de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que requer à Prefeita Municipal informações sobre a manutenção do terminal rodoviário.

“Sabemos que a rodoviária municipal é a porta de entrada de várias pessoas, seja por motivo de trabalho ou a passeio. Neste sentido, uma reforma na estrutura do imóvel resultará em conforto, segurança e promoverá acessibilidade para os cidadãos que utilizam o local, uma vez que o estado atual é precário, pois falta manutenção elétrica e hidráulica, o que dificulta o uso dos sanitários e gera insegurança durante a noite e madrugada. Assim, o correto seria transferir o terminal rodoviário para as proximidades da Rodovia Manílio Gobbi, SP 284, que cruza Paraguaçu Paulista, porém, enquanto não ocorre tal mudança, é de extrema importância a efetiva manutenção para garantir a comodidade e segurança dos usuários, justificando assim o presente requerimento”, explicou o vereador autor.

Requerimento 165/2017, de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que requer à Prefeita Municipal informações sobre a reforma nos banheiros localizados no coreto da Praça da Matriz.

“O banheiro público existente no coreto da Praça da Matriz encontra-se há vários anos interditado por falta de reforma, carecendo urgentemente de melhorias no sistema hidráulico e elétrico, bem como de ampliação e realização de medidas que garantam acessibilidade para as pessoas com deficiência. A pleiteada reforma tem como objetivo oferecer mais conforto a população que frequenta a Praça da Matriz. Hoje é impossível a utilização do banheiro por qualquer cidadão devido a estrutura do local que, por ser visivelmente notória a ausência de manutenção, teve seu uso foi há muito tempo suspenso para a população”, explicou Paraná.

O requerimento questiona se existem recursos para reformar o banheiro público da Praça da Matriz; e, se sim, qual o período de início e término da reforma.

Requerimento 167/2017, de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que requer à Prefeita Municipal informações sobre a frota de veículos do Departamento de Saúde.

“Este vereador recebeu várias informações referentes aos veículos utilizados pelo Departamento de Saúde, inclusive sobre o fato de que ambulâncias, sem as devidas manutenções são descartadas, pois estão inoperantes com problemas mecânicos. Também nos disseram que muitas vezes faltam veículos para transportar usuários para outra localidade para internações, exames e consultas.

Assim, faz-se necessário consertar os veículos inoperantes e fazer a manutenção periodicamente nos veículos que estão em uso, para garantir mais segurança à população que utiliza os serviços de transporte públicos e emergenciais”, destacou o vereador Paraná.

Requerimento 168/2017, de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que requer à Prefeita Municipal informações sobre a cobrança de alíquota progressiva de IPTU para imóveis não edificadas, subutilizados ou não utilizados no município, conforme permite a Constituição Federal.

A Constituição Federal autoriza os municípios a aplicarem alíquotas progressivas de IPTU em duas situações específicas: uma em relação ao valor venal do imóvel, a sua localização e seu uso; e a chamada progressividade no tempo, que tem a função de penalizar o proprietário que não dá o adequado destino à sua propriedade urbana, sob o ponto de vista do cumprimento da função social da propriedade.

Para que o município possa aplicar essa disposição constitucional, necessário que haja lei local disposta sobre o assunto. O nosso Código Tributário apenas cita essa possibilidade, porém, dizendo que tal progressividade e as alíquotas diferenciadas serão estabelecidas por lei específica.

“A propriedade tem papel extremamente relevante no desenvolvimento do município. Por esse motivo, os proprietários daquelas que não cumprem sua função social, podem e devem ser penalizados por isso, a fim de que dê a elas a destinação correta”, disse o vereador Junior Baptista.

Requerimento 171/2017, de autoria do vereador Serginho, com assinatura de apoio dos vereadores Josimar Rodrigues e Junior Baptista, que requer à Prefeita Municipal informações sobre o cumprimento das diretrizes do plano municipal de ensino para as creches do município.

O município instituiu em 2015 o Plano Municipal de Ensino (PME), por meio da Lei Municipal 2.941, de 16/06/2015, e contém a proposta educacional para um período de 10 anos, com respectivas diretrizes, objetivos, metas e ações. Esse plano contou com a participação da sociedade e, por esse motivo, representa inúmeros anseios dos pais de alunos.

A lei que instituiu o PME estabelece que o Conselho Municipal de Educação deverá acompanhar as ações do Poder Executivo, a fim de que metas e objetivos sejam cumpridos. O Conselho poderá emitir pareceres, orientações regulamentações necessárias à concretização do PME, porém, não tem o poder para criar novos dispositivos que não são contemplados pelo plano em questão.

“Tendo em vista a recente deliberação do Conselho Municipal de Educação, homologada pelo Poder Executivo, que trata da oferta e cria requisitos para a ocupação de vagas no período integral nas creches para o ano 2018, requeremos algumas informações, para que possamos saber se o planejamento do município encontra-se em consonância com as diretrizes e objetivos do Plano Municipal de Ensino”, explicou o vereador Serginho.



Vereadores aprovam requerimentos

Indicações

Na Sessão Ordinária de segunda-feira (4) os vereadores apresentaram 5 indicações.

Indicação 307/2017 de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que indica à Prefeita Municipal a instalação de monitoramento eletrônico nas creches de nosso município.

Indicação 308/2017 de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que indica à Prefeita Municipal a instalação de poste com iluminação no final da Rua Francisco da Cruz Cambraia.

Indicação 309/2017 de autoria da vereadora Neide Teodoro que indica à Prefeita Municipal a implantação do Centro de Convivência do Idoso (CCI) no distrito de Roseta.

Indicação 310/2017 de autoria do vereador Serginho, que indica à Prefeita Municipal a notificação do proprietário do terreno localizado na Rua Antônio Machado, ao lado do nº. 127, para que o mesmo providencie a limpeza do aludido terreno.

Indicação 311/2017 de autoria do vereador Serginho, que indica à Prefeita Municipal serviços de manutenção nos postes de iluminação localizados na bifurcação das ruas Terêncio Romita e Aníbal Marques.

Esporte

Vereadores se reúnem com representantes do Executivo

Na última quarta-feira, 6 de dezembro, os representantes do departamento de esportes e lazer de Paraguaçu Paulista, Marcelo Lourenço e Ennes Arns, estiveram reunidos com alguns vereadores na Câmara Municipal.

O intuito da reunião foi apresentar um balanço de 2017, assim como ouvir sugestões dos vereadores e apresentar os futuros projetos voltados ao esporte em nosso município.

Santander

De acordo com Marcelo Lourenço, “hoje nossos projetos funcionam com várias faixas etárias, inclusive com professores cuidando da melhor idade... temos 110 alunas no projeto de basquete feminino, 381 alunos no programa atleta do futuro e 728 alunos participando das escolinhas de formação em diversas modalidades”.

Também foram abordados temas como as metas a serem alcançadas, os eventos, o funcionamento das escolinhas, projetos, equipes, parte estrutural e competições.

Participaram da reunião o presidente da Câmara Ian Salomão e os vereadores Josimar Rodrigues, Vitor Bini, Neide Teodoro, Luciana da Adepta, Paraná do Sindicato e Cícero Policial.



Reunião com representantes do esporte

Vitor Bini recebe gerente após requerer ampliação do atendimento em Paraguaçu

Na Sessão Ordinária de 20 de novembro, o vereador Vitor Bini apresentou um requerimento endereçado ao gerente do Banco Santander de Paraguaçu Paulista, buscando informações quanto a possibilidade de inclusão de um quiosque de autoatendimento, em algum local de grande circulação de pessoas em nossa cidade, para que se evite acúmulos na agência local em dias de grande fluxo bancário.

Na tarde de quinta-feira, 7 de dezembro, o vereador recebeu no gabinete o superintendente do Santander Frank Freitas, de Marília/SP, e o novo gerente da agência local, Renato Zanin, que estiveram na Câmara para responder pessoalmente a solicitação de Vitor Bini.

De acordo com o novo gerente da agência de Paraguaçu Paulista, já existe um estudo e a busca por parceiros para a instalação do Pagseguro, e também para que seja aprimorado o atendimento à população que faz uso dos serviços do Santander.

O Santander é responsável pela folha de pagamento de considerável parte de funcionários de usinas e também da Prefeitura, além dos convênios paralelos, como é o caso do reembolso dos estudantes. Apesar da privilegiada localização da agência bancária em Paraguaçu, o fluxo é intenso em dias de pagamento, gerando desconforto aos usuários.

“Ficamos muito agradecidos pela visita dos responsáveis, que vieram pessoalmente responder a solicitação que fizemos, e por mostrarem que já vêm sendo feito estudos no sentido de atender nossas reivindicações, em nome da população paraguaçuense”, disse o vereador Vitor Bini.



Gerentes do Santander com Vitor Bini e Bruno Bueno

Conquista

*Através da família Camarinha,
presidente Ian Salomão
consegue quadra de futebol
society*

Será assinado hoje, dia 14 de dezembro, na Casa Civil, convênio que possibilitará a construção de uma quadra de futebol society no Conjunto Habitacional Dona Lina Leuzzi. Essa é uma conquista do presidente da Câmara Ian Salomão, por meio da Secretaria de Esportes, com apoio de Vinícius Camarinha e do deputado estadual Abelardo Camarinha, que foram fundamentais, articulando junto ao Secretário de Esporte essa conquista para o nosso município.

“Estamos muito felizes com a vinda dessa quadra, que possibilitará aos moradores do Lina Leuzzi o acesso ao esporte e lazer. Além disso, estamos auxiliando na transformação para uma sociedade mais saudável, ativa e participativa”, disse Ian Salomão.

Esta conquista faz parte do “Projeto 100% Esportes Para Todos” da Secretaria Estadual de Esportes, Lazer e Juventude (SELJ). O projeto prevê a construção de 100 pistas de skate e 100 campos de futebol society em todo o Estado de São Paulo. Os equipamentos serão implantados pela SELJ e cabe às administrações municipais a preparação dos terrenos.



Vinícius, Ian e Abelardo Camarinha

João Rio

*Espaço em homenagem ao
vereador é inaugurado na
Câmara*

Foi inaugurado na noite de quinta-feira (14) na Câmara Municipal um espaço em homenagem ao vereador João Rio Zampronio Villarino, pelos 32 anos de serviços prestados ao município durante 7 mandatos eletivos no cargo de vereador.

A solenidade contou com a presença dos familiares, amigos e autoridades. A Mesa Principal foi formada por Vera Villarino, esposa de João Rio; pelo vereador autor da homenagem, Paulo Japonês; pelo vice-prefeito Clemente Júnior, representando a prefeita Almira; e pelo presidente do Legislativo Ian Salomão.

A ideia para a homenagem partiu do vereador Paulo Japonês. Na solenidade, fizeram uso da palavra o presidente da Câmara Ian Salomão, o vice-prefeito Clemente Júnior, o vereador Paulo Japonês e a esposa de João Rio, Sra. Vera Villarino.

“É inegável o fato de que João Rio ajudou a escrever a história de nossa cidade, sendo o vereador que mais exerceu mandatos no Poder Legislativo. João Rio era essencialmente um político e fazia questão de estar com o povo. Por isso sempre teve o apoio popular. Eu sei que onde ele estiver, está feliz com essa homenagem”, destacou o vereador Paulo.

A esposa Vera, em seu pronunciamento, disse que João Rio dedicou-se por 32 anos ao cargo de vereador e foram mais de 40 ajudando as pessoas que realmente necessitavam. “Mesmo quando não estava vereador, o João ajudava muitos paraguaçuenses e fazia isso com amor, pois ele amava o povo e essa cidade”, ressaltou.

Após os discursos, a esposa do vereador João Rio foi homenageada com a entrega de flores, ato realizado pelo vereador Paulo, representando os vereadores das Legislaturas passada e atual. Em seguida, todos dirigiram-se ao hall de entrada da Câmara, onde houve o descerramento da placa de inauguração.

João Rio foi vereador durante os períodos: 7ª Legislatura 1973-1976; 8ª Legislatura 1977-1982; 9ª Legislatura 1983-1988; 12ª Legislatura 1997-2000; 13ª Legislatura 2001-2004; 14ª Legislatura 2005-2008; e 15ª Legislatura 2009-2012.

Rejeitado

Era casado com a professora Vera, com quem teve os filhos Rodrigo, Ricardo e Renato. Pertencia a tradicional família paraguaçuense, atuante no comércio de móveis e eletrodomésticos, no ramo de hotelaria, restaurante e imobiliário. Afastou-se da política em 2012, para dedicar-se aos negócios e à família. Faleceu no dia 26 de março de 2014 na cidade de Jaú (SP), aos 62 anos de idade.

Câmara rejeita projeto da prefeita que realizaria operação de crédito junto à Caixa

Em Sessão Extraordinária realizada na sexta-feira, 15 de dezembro, a Câmara de Vereadores rejeitou, por 5 votos contrários, 6 favoráveis e uma ausência projeto de autoria da prefeita Almira Garms, que autorizaria o Poder Executivo a contratar e garantir operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal. O crédito seria utilizado para implantar o Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT).

O PMAT é um programa do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) destinado a apoiar projetos de investimentos voltados à melhoria da eficiência, qualidade e transparência da gestão pública, visando a modernização da administração tributária e qualificação do gasto público nos municípios.

De acordo com a justificativa do projeto, após tratativas junto à CAIXA, verificou-se que Paraguaçu Paulista é elegível para captar recursos por meio desse tipo de operação de crédito. A operação de crédito envolvendo esses projetos foi estimada em R\$ 4.150.001,34 com simulação para pagamento em 60 meses.

Os objetivos do PMAT envolveriam: melhoria do atendimento ao público; desburocratização; fortalecimento financeiro do município; reestruturação do centro tecnológico com a implantação do Datacenter; e interligação dos distritos de Conceição de Monte Alegre, Sapezal e Roseta.

Porém, com a rejeição, o projeto será arquivado. Foram contrários ao projeto os vereadores Josimar Rodrigues, Junior Baptista, Paraná do Sindicato, Serginho e Vitor Bini. Favoráveis foram Luciana da Adepta, Cícero Policial, Paulo Japonês, Marinho Thimoteo, Neide Teodoro e Márcio da São José. Ausente o vereador Dr. Ricardo. Para ser aprovado o projeto precisaria de, no mínimo, 7 votos favoráveis.



Mesa Principal da solenidade



Familiares presentes



Família junto ao espaço inaugurado



Câmara em Sessão Extra

Executivo

Câmara aprova abertura de créditos

Na Sessão Extraordinária de sexta-feira (15), a Câmara de Vereadores aprovou projeto de autoria da prefeita Almira Garms, que dispõe sobre autorização para abertura de créditos especial e suplementar ao Orçamento Programa 2017, no Departamento de Obras e Serviços Públicos, Câmara Municipal e Gabinete da Prefeita, para atendimento de projeto e atividades.

O crédito especial no valor de R\$ 299.590,03 será aberto no Departamento de Obras e Serviços Públicos, para atendimento do Projeto 1005 - Pavimentação, Guias e Sarjetas, pagamento de despesas com obras e instalações (pavimentação/recapamento).

APAPP

A abertura do respectivo crédito especial atende solicitação do Departamento de Administração e Finanças e da Divisão de Licitações da Prefeitura, para execução de serviços com recursos do Convênio nº 1017441-93/2014 – Ministério das Cidades, cujo objeto é a empreitada global para execução de pavimentação e recapeamento no Jardim América.

O crédito suplementar no valor de R\$ 70.000,00 será aberto na Câmara Municipal e Gabinete da Prefeita para atendimento das seguintes atividades: manutenção das atividades legislativas, pagamento de despesas com vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil, obrigações patronais – intra-orçamentário e aporte para cobertura do déficit atuarial do RPPS; manutenção da propaganda e publicidade legal, pagamento de despesas com outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

Os créditos serão cobertos com recursos provenientes do excesso de arrecadação do corrente exercício e da anulação parcial ou total de dotações. Por conta dos créditos, ora abertos, fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Município, estabelecida pelo Decreto Municipal nº 6.066, de 2 de janeiro de 2017.

Câmara autoriza auxílio à Associação de Proteção aos Animais

Reunida em Sessão Extraordinária na sexta-feira (15), a Câmara de Vereadores aprovou projeto de autoria da prefeita Almira Garms, que autoriza o Poder Executivo a celebrar, por intermédio do Departamento Municipal de Meio Ambiente e Projetos Especiais, Termo de Fomento com a Associação de Proteção aos Animais de Paraguaçu Paulista (APAPP), visando o resgate de cães e gatos em situação de abandono, maus tratos, enfermidade, carência alimentar e posterior castração.

Os recursos financeiros municipais de R\$ 32.160,00 serão repassados em 12 parcelas mensais de R\$ 2.680,00 no período de dezembro de 2017 a novembro de 2018. A APAPP realiza, desde 2005, resgate de cães e gatos em situação de abandono, maus tratos, enfermidade, carência alimentar e posterior castração, sempre atendendo a legislação vigente.